

Renan anuncia campanha pelo referendo sobre desarmamento

Senado vai disponibilizar estrutura de comunicação em favor da consulta este ano

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ontem a decisão aos coordenadores dos movimentos Viva Rio e Sou pela Paz e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil. No encontro com líderes pacifistas e religiosos, Renan observou que o desarmamento é um objetivo a ser buscado por toda a sociedade, embora a questão da violência só possa ser resolvida com mudanças mais profundas. Denis Mizne, diretor do Instituto Sou pela Paz, explicou que, apesar de o referendo já estar convocado para 2 de outubro deste ano, diversas forças sociais começaram a se mobilizar para impedir sua realização pela Justiça Eleitoral. Ele disse que a proposta do referendo continua parada na Câmara dos Deputados, em virtude da pressão de grupos favoráveis à venda de armas.

Página 3

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Reitor propõe trocar dívida por vagas na universidade

União renunciaria a parte do serviço das dívidas dos estados que ampliassem vagas em suas universidades, segundo a proposta.

Página 8

CONFLITOS NO PARÁ

"Criminosos afrontam a ação do governo", afirma Marina Silva

Assassinatos, segundo a ministra, são reações às medidas do governo, que vem regularizando as atividades econômicas na área.

Página 8



ENGAJAMENTO Renan (primeiro à direita) conversou com lideranças sobre campanha que já recolheu 305 mil armas no país



DEBATE Hélio Costa (C) coordena discussões na Comissão de Educação sobre reforma universitária



AUDIÊNCIA Marina (ao microfone, ao lado de Ana Júlia, Demostenes e Flexa Ribeiro) fala à comissão

Plenário debate rombo em fundos de pensão

Uma bomba-relógio, com tempo de detonação prefixado. Assim o líder do PSDB, Arthur Virgílio, definiu, no Plenário, os "imensos rombos" em fundos de pensão de estatais. Somente na Petros, da Petrobras, segundo o senador, o déficit chega a R\$ 8,3 bilhões. O líder do PT, Delcídio Amaral, recomendou cautela na análise e disse que correção atuarial garante os compromissos que a Petros assumirá no futuro. Vários senadores participaram dos debates no Plenário.

Página 5



EQUÍVOCO Maguito diz que há erro em notícias publicadas e que sempre foi contra jogos de azar

Maguito explica que seu projeto criminaliza bingos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que vem sofrendo críticas da imprensa devido a erro de interpretação com relação a projeto de lei de sua autoria sobre o jogo de bingo. A matéria, que está para ser votada na Câmara, torna crime a organização de jogos de bingo e outros jogos de azar, e não os libera, como tem sido noticiado, ressaltou o senador.

– Sempre fui contra os jogos de azar, e por isso o meu projeto prevê pena de dois a seis anos de prisão para quem promover bingos ou jogos de azar.

Como não há legislação específica proibindo ou mesmo prevendo punição para quem explora jogos de azar, afirmou ele, o crime organizado tomou conta da atividade e “criou um Estado paralelo, graças à certeza da impunidade”.

O senador lembrou que, quando foi relator da Lei Pelé, fixou a data de 30 de dezembro de 2001 como limite para o funcionamento dos bingos e, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, relatou a medida provisória que os extinguiu.

– Mas foi o Plenário do Senado quem permitiu os jogos, derrotando o meu parecer.



Sessão solene em homenagem às mulheres

A pauta do Senado, que tem sessão marcada para as 14h, continua trancada por projeto de conversão (PLV 1/05) originado da medida provisória que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Às 10h, no Plenário do Senado, será realizada sessão solene do Congresso em homenagem às mulheres. Na ocasião, serão agraciadas as cinco escolhidas para receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Renan debate com presidentes de partidos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa, às 11h, de reunião com os presidentes do PT, PSB, PPS, PDT, PCdoB e PV. Às 12h, Renan comparece à reunião de líderes; às 13h, estará em almoço em homenagem ao Ano Internacional da Mulher Latino-Americana e do Caribe e Dia Internacional da Mulher; e, às 16h30, recebe o ministro Carlos Velloso, do Supremo Tribunal Federal.



CMO ouve secretário do Tesouro

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Vieira Ferreira Levy, participa da reunião de hoje da Comissão Mista do Orçamento (CMO), às 10h. O secretário faz uma avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2004, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CRE vota indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional analisa hoje, às 10h, novas indicações para o cargo de embaixador do Brasil no exterior. José Vicente de Sá Pimentel foi indicado para a embaixada em Sri Lanka, cumulativamente com o cargo na Índia; Luiz Augusto de Castro Neves deve acumular o cargo de embaixador do Brasil na China com a mesma função na Mongólia; e Antonio José Rezende de Castro foi indicado para, cumulativamente com a embaixada do Brasil no Quênia, exercer o cargo no Burundi.

Mortes de crianças indígenas em nova sessão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discute, às 9h30, as mortes de crianças desnutridas em aldeias indígenas em Mato Grosso do Sul. Entre os convidados, estão o cacique da tribo Kinikinawa, Ambrósio Góes; o vereador Eduardo Otávio Teixeira Marcondes; e o vice-presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena em Dourados (MS), Fernando da Silva Souza; entre outros.



Vacinação na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 11h30. Está em discussão o projeto que institui o Programa Voluntário de Vacinação (PLC 97/01) e a proposta que estende a cobertura da assistência social às pessoas que vivem em situação de rua (PLC 80/04). Consta da pauta da CAS, ainda, análise de requerimentos.

CPI da Terra realiza audiência

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra realiza audiência pública às 10h. O colegiado ouve o presidente do Incra, Rolf Hackbart, e o juiz de Direito da 10ª Vara Civil de Goiânia, Gilmar Luiz Coelho. Os senadores vão discutir possíveis excessos policiais durante operação de reintegração de posse em Goiânia.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



GANHO Para Suplicy, pacto de governabilidade é de grande interesse para o Brasil e a Petrobras

Suplicy enaltece solução de crise política na Bolívia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a solução encontrada pelos bolivianos para resolver a grave crise política que atinge o país. No domingo passado, o presidente Carlos Mesa havia anunciado que renunciaria ao cargo em virtude das pressões e protestos de organizações políticas e sociais. Na terça-feira, o Congresso rejeitou por unanimidade o pedido de renúncia e firmou um pacto social de governabilidade com o presidente.

– Saúdo a solução pacífica e democrática encontrada para resolver a crise política da Bolívia. Essa decisão é de grande interesse para o Brasil, particularmente para a Petrobras. Somente no ano passado, o Brasil comprou US\$ 713 milhões de gás natural e óleos brutos de petróleo do país.

Delegação da China é recebida em Plenário

A delegação de amizade do Partido Comunista da China, acompanhada do embaixador daquele país, Jiang Tuande, visitou ontem o Plenário do Senado. Na saudação aos visitantes, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) destacou que o Brasil e a China têm se aproximado muito, sobretudo por compartilhar os mesmos interesses estratégicos.

– O Brasil e a China têm assumido atitudes comuns, como, por exemplo, defender a solução dos conflitos internacionais através da diplomacia e uma maior valorização das entidades multilaterais.

Mercadante também citou o crescimento das relações comerciais bilaterais, estando a China entre os três primeiros lugares em volume de comércio com o Brasil.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Reunião de líderes deve ocorrer hoje

Foi transferida para as 12h de hoje a reunião dos líderes dos partidos no Senado, convocada para discutir, entre outros assuntos, a reforma política, novos critérios de tramitação das medidas provisórias e a questão suscitada em Plenário de que o sobrestamento de pauta por MPs paralisaria também as votações de projetos terminativos nas comissões.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, explicou que a paralisação das votações de projetos nas comissões, motivada por sobrestamento, é resultado de decisão adotada ainda na gestão do presidente Ramez Tebet (PMDB-MS). Se não houver acordo entre os líderes, segundo garantiu Renan, o assunto deverá ser encaminhado à avaliação da Comissão de Constituição e Justiça e, depois, submetido ao Plenário.

Furlan quer apoio a acordo com Guiana

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, esteve com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir apoio da Casa ao decreto legislativo que aprova texto de acordo de transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas entre os governos do Brasil e da República Cooperativista da Guiana, celebrado, em Brasília, em 2003.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que participou do encontro juntamente com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), explicou que o acordo facilita o processo de exportações e importações na região. Pelas Guianas, o Brasil exporta hoje cerca de R\$ 500 milhões e importa aproximadamente R\$ 15 milhões. O decreto já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Sem entendimento, pauta fica trancada

Como os líderes dos partidos não chegaram a acordo para a votação da MP 226/04 (Projeto de Conversão 1/05), a ordem do dia de ontem ficou restrita à leitura de requerimentos e projetos. Conforme estabelece a Constituição, quando uma medida provisória não é votada, as outras matérias ficam sobrestadas.

Além da MP, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), estavam na pauta, para discussão, várias propostas de emendas constitucionais (PECs), entre as quais a de autoria da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que institui a obrigatoriedade do ensino infantil gratuito para crianças de zero a seis anos.

Senado apóia referendo sobre o desarmamento

Presidente Renan Calheiros anuncia medidas a favor de consulta popular ainda este ano

O Senado Federal vai disponibilizar sua estrutura institucional de comunicação para defender a realização de referendo contra a comercialização de armas no país, já convocado por lei para o próximo mês de outubro. A decisão foi comunicada ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, aos coordenadores do Movimento Viva Rio (RJ), do Instituto Sou pela Paz (São Paulo) e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Conforme explicou Denis Mizne, diretor do Instituto Sou

pela Paz, apesar de o referendo já estar convocado pelo Estatuto do Desarmamento, diversas forças sociais começaram a se mobilizar para impedir sua realização. Para Mizne, o Senado vem exercendo papel destacado no estabelecimento de uma política de controle de armas no Brasil. Ele ressaltou a atuação do senador Renan Calheiros, que, como líder do PMDB à época, articulou a aprovação de decreto legislativo, definindo o dia 2 de outubro como a data do referendo. Entretanto, a proposição do Senado, segundo o diretor do Instituto Sou pela Paz, continua parada na Câmara, em virtude da pressão de grupos favoráveis à venda de armas.

Já o coordenador do Movimento Viva Rio, Antônio Rangel, lembrou que marcar o re-

ferendo para o ano eleitoral de 2006, como defendem alguns parlamentares, seria esvaziar o debate sobre a questão da violência, além de se perder uma ótima oportunidade para melhor conscientizar a população sobre o assunto.

No encontro com líderes pacifistas e religiosos, Renan afiançou que o desarmamento é um objetivo a ser buscado por toda a sociedade, embora a questão da violência só possa ser resolvida em definitivo com mudanças mais profundas.

O sucesso da campanha de desarmamento, na opinião de um dos coordenadores do Conic, Ervino Schmidt, se deve muito à participação das igrejas cristã, evangélica e católica. Ele acredita que a presença das confissões cristãs na campanha tende a crescer ainda mais.



ACORDO Segundo Romero Jucá, relatório sobre medida provisória deve ficar pronto ainda esta semana

Mudanças na MP dos impostos em fase final

O parecer sobre a MP dos impostos – Medida Provisória 232/04, que corrige a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física e aumenta o Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro Líquido de empresas prestadoras de serviços – deve ficar pronto até o fim desta semana. O anúncio foi feito ontem pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta no Senado. Já foram realizadas três audiências públicas com lideranças empresariais – todas elas contrárias ao texto da medida que fez subir de 32% para 40% a base de cálculo do IR para empresas que praticam o sistema de lucro presumido.

– Trabalhamos em conjunto com o relator na Câmara (deputado Carlito Merss, PT-SC), discutindo com o governo e setores empresariais envolvidos, e a proposta a ser apresentada, sem dúvida, será melhor do que a atual – disse Jucá.

Jucá, Merss e o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidente da comissão mista que trata do assunto, negaram que haja disputa entre a Câmara e o Senado pelo controle das mudanças que deverão ser feitas no texto. Também ontem, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, anunciou a escolha do deputado Carlito Merss como relator da MP, uma vez que o prazo regimental de funcionamento da comissão mista terminou no dia 27 de fevereiro. Assim, a tramitação se daria agora na Câmara.

Na prática, no entanto, o trabalho continua sendo feito pelos dois relatores. “O que fizemos foi respeitar a tramitação correta na Câmara e no Senado”, disse Carlito Merss.

– O prazo venceu, mas o trabalho terá sua consequência prática, o relatório, que será votado – disse Jucá.



ENTENDIMENTO Renan (ao centro) conversa com Sandro Mabel (PL), Pedro Corrêa (PP), Costa Neto (PL) e Enéas (Prona)

Avança discussão da reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, para mais uma rodada de conversas sobre a reforma política, os presidentes do PL, Valdemar Costa Neto; do Prona, Enéas Carneiro; e do PP, Pedro Correa; além do deputado Ronaldo Caiado, relator da matéria na comissão especial da Câmara, e o líder do PL naquela Casa, Sandro Mabel.

Caiado demonstrou otimismo quanto à aprovação da reforma política, em tramitação na Câmara. Ele defendeu “a aprovação do todo, com escalonamento na implantação das mudanças”, em vez do fatiamento da proposta. Já Costa Neto discorda dos grandes partidos, que desejam introduzir o voto em lista partidária, e defendeu o fim da proporcionalidade.

Renan Calheiros recebeu também o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, e Bebeto de Freitas, presidente do Botafogo.

Governo quer PMDB na coligação em 2006

A reforma ministerial programada pelo presidente Lula deverá ser anunciada somente na próxima semana, depois de ouvidos os líderes dos partidos da base de sustentação do governo no Congresso. Pelo menos foi essa a impressão dos líderes do PMDB, que se reuniram ontem com o presidente, acompanhados do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, que foi ao encontro acompanhado pelo senador José Sarney (AP), pelo líder do partido no Senado, Ney Suassuna (PB), e pelo líder na Câmara, José Borba, o governo demonstrou interesse em ter o PMDB na coligação, para as eleições de 2006, mesmo que o tema da reeleição de Lula não tenha sido discutido. De acordo com Renan, também é de interesse manifesto do governo a unidade do partido.

– Sem dúvida, a lógica da reforma é a ampliação do espaço do PMDB – afirmou Renan.

César Borges lamenta a queda de investimentos

Cortes do Executivo no setor de saneamento, divulgados por jornal, preocupam senador

César Borges (PFL-BA) lamentou a queda de investimentos, pelo governo federal, no setor de saneamento. Baseado em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, o senador informou que o volume de investimentos no setor caiu de R\$ 275 milhões, em 2001, para R\$ 27 milhões, no ano passado.

O senador lembrou que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, anunciou no Congresso, em julho de 2003, que o governo precisava aplicar R\$ 8,9 bilhões por ano em saneamento, durante 20 anos, para alcançar a universalização do serviço.

César Borges disse que até o



Roosevelt Pinheiro

NECESSIDADE César Borges observa que, segundo o próprio governo, saneamento exige R\$ 8,9 bi ao ano

investimento anunciado pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de R\$ 1,3 bilhão, ficou restrito a R\$ 210 milhões, segundo a Caixa Econômica Federal. O senador observou que, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), cada R\$ 1 investido em saneamento

gera economia de R\$ 4 em saúde pública.

O setor industrial, lamentou César Borges, que produz equipamentos para saneamento está completamente ocioso, por falta de encomendas, de acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*. O parlamentar citou também dados do IBGE indicando que apenas quatro em cada dez brasileiros têm acesso à rede de água.

Para César Borges, o governo tenta "forçar a aprovação" de projeto, a ser enviado ao Congresso, que transfere para os municípios a titularidade dos serviços de água e esgoto.

Em aparte, Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que a remuneração do brasileiro é tão baixa que pesquisa recente constatou que, se houvesse a universalização dos serviços de água e esgoto, não haveria renda para pagar por eles.

Mão Santa: governo pode aprender com as mulheres

O senador Mão Santa (PMDB-PI) citou reportagem do jornal *Correio Braziliense* sob o título "Governo gasta mais, e mal", ressaltando que o presidente Lula não está administrando bem os recursos públicos.

Segundo a reportagem, 19 das 28 áreas de investimento tiveram seus recursos reduzidos, comparando-se os dados de 2001 e 2004. Na área de saneamento, por exemplo, foram gastos, em 2001, R\$ 275,5 milhões. Em 2004, a cifra caiu para R\$ 27 milhões. Na área de segurança, foram investidos R\$

817 milhões em 2001, contra R\$ 467 milhões no ano passado. Com viagens de servidores, foi gasto R\$ 1,19 bilhão no ano passado, "o suficiente para dar 34.368 voltas ao mundo".

Ao fazer referência às viagens do presidente, Mão Santa disse que "daria para reconstruir aquela refinaria no Piauí".

Prefeitos

Mão Santa afirmou que o governo deveria aprender economia com as mulheres, que "gastam pouco e fazem milagre" com o orçamento. As mulheres, ressaltou, são como



Genílfo Magalhães

EXEMPLO Segundo Mão Santa, "mulheres gastam pouco e fazem milagre com orçamento"

os prefeitos no que se refere a trabalhar com orçamento reduzido.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação da segunda parte da reforma tributária, que está na Câmara.

citou matéria do jornal *Correio Braziliense* em que são apresentados números comparativos entre os anos de 2001 e 2004. Os recursos para saneamento caíram de R\$ 275,5 milhões para R\$ 27,2 milhões. No setor habitacional, a queda foi de R\$ 391,2 milhões para R\$ 173,9 milhões; e na área de segurança pública, as verbas caíram de R\$ 817 milhões para 467,1 milhões.

– Essa é a realidade. O governo não está investindo, mas os gastos com o custeio da máquina pública vêm aumentando – ressaltou o senador.



Roosevelt Pinheiro

AVALIAÇÃO "Prefeitos vão voltar para as suas cidades de mãos vazias", adverte Leonel Pavan

como apoio aos agricultores, conservação de estradas e transporte escolar, o governo tem respondido com a redução dos investimentos. Ele

Pavan aponta omissão no setor social

A falta de investimentos do governo Luiz Inácio Lula da Silva em infra-estrutura e no setor social foi criticada por Leonel Pavan (PSDB-SC). O senador referiu-se à realização da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e disse acreditar que "os prefeitos vão voltar para suas cidades de mãos vazias, apenas com muitas promessas".

Diante de graves carências,



J. Freitas

UNANIMIDADE Eduardo Flores Veira (ao lado de Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Suplicy) obteve os votos de 21 senadores à sua indicação

Novo defensor público da União é aprovado pela CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou ontem a indicação de Eduardo Flores Vieira para o cargo de defensor público-geral da União. A aprovação unânime, com 21 votos, se deu após a leitura do parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o pronunciamento do candidato e dos senadores.

Eduardo Flores, depois de elogiar a contribuição do Senado na reforma do Judiciário, defendeu a necessidade do aparelhamento da Defensoria Pública da União, para que essa possa cumprir sua função primordial de transformação da sociedade, defesa da dignidade humana e direitos das minorias.

– O defensor público é a voz do necessitado, mas o seu número é insignificante diante da demanda, que, de acordo com o IBGE, é de 92 milhões de carentes. Temos hoje apenas 93

defensores públicos da União contra cerca de 6 mil juízes estaduais e federais – informou Eduardo.

Vários senadores se pronunciaram a favor da aprovação de Eduardo. Sérgio Cabral (PSDB-PE) disse ter sentido falta de uma cobrança, no relatório de Suplicy, para que o governo assumira maior compromisso com a defensoria pública. Romeu Tuma (PFL-SP) apoiou a proposta de Sérgio Cabral para formação de uma frente em favor da defensoria. José Jorge (PFL-PE) observou que a equipe de apenas 93 defensores é muito pequena. Também se manifestaram Pedro Simom (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Serys Slhessarenko (PT-MT), Demostenes Torres (PFL-GO), Ideli Salvatti (PT-SC) e César Borges (PFL-BA).

Estatais devem esclarecer aplicações no Banco Santos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) solicitando informações ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, sobre o valor das aplicações feitas pelo Banco do Nordeste e pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional, e suas respectivas fundações, no Banco Santos, que sofreu intervenção federal no ano passado.

César Borges (PFL-BA) chegou a defender a extensão da proposta de Alvaro Dias a todas as entidades federais públicas que tenham feito aplicações no Banco Santos. A votação do requerimento ficou para a próxima semana.

Alvaro Dias informou que as empresas Copel, Sanepar e

Itaipu Binacional integram a administração indireta do governo do Paraná.

Os membros do colegiado acolheram também requerimento de Romeu Tuma (PFL-SP) pedindo ao ministro da Fazenda o envio à CCJ da relação completa dos nomes das empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal (SRF).

Sudene

Atendendo a uma solicitação da Secretaria Geral da Mesa, a CCJ decidiu encaminhar à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) a análise do PLC 59/04, de autoria do Executivo, já examinado pela Câmara, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).



OPINIÃO José Jorge destaca que presidente da República fez "declarações infelizes"

José Jorge diz que declaração de Lula revela preconceito

Com base no noticiário dos jornais, o senador José Jorge (PFL-PE) apontou ontem o que chamou de "declarações infelizes" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus auxiliares sobre a realidade brasileira.

O senador criticou frase dita na véspera pelo presidente da República a pretexto de homenagear o Dia Internacional da Mulher. Embora as mulheres já sejam 52% da população brasileira, lembrou o senador, o presidente Lula pediu que elas "não sejam desafortadas e não comecem a pensar logo na Presidência da República". Para o senador, a declaração revela um claro preconceito contra as mulheres. Mesmo porque, disse, "há senadoras que se saíram melhor do que ele tem se saído na Presidência da República".

José Jorge também considerou "um absurdo" a declaração do ministro da Saúde, Humberto Costa, de que as mortes por desnutrição de crianças indígenas no município de Dourados (MS) "estão entre os números normalmente registrados".

Para o senador, o presidente da República deveria aproveitar a reforma ministerial que vem anunciando para montar uma equipe de ministros capaz de resolver os problemas que afligem os brasileiros.



PROBLEMA Sérgio Guerra observa que está na hora de a Petrobras se tornar mais transparente

Arthur Virgílio quer explicações sobre déficit em fundos de pensão

■ Líder do PSDB diz que em duas empresas estatais diferença entre ativo e passivo chegou aos R\$ 10,8 bilhões

"O governo do presidente Lula está diante de uma bomba-relógio, com tempo de detonação prefixado", afirmou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), ao definir os "imensos rombos" e desequilíbrios nos fundos de pensão das empresas estatais. Segundo o senador, somente no fundo de previdência da Petrobras (Petros) o déficit chega a R\$ 8,3 bilhões, e, somado ao da Caixa Econômica Federal (Funcef), atinge R\$ 10,8 bilhões.

– De que forma a Petrobras vai solucionar esse problema do descasamento entre ativos e passivos dos fundos de pensão?



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ANALOGIA Virgílio: "rombo" é maior que investimento público do primeiro ano do governo Lula

E qual será seu impacto fiscal? – perguntou.

Virgílio observou que, apesar do crescimento da carga tributária em quase 1,5% do PIB em 2004, o investimento público aumentou apenas 0,8% do PIB. Ele lembrou que, segundo dados do Tesouro Nacional, 2004 foi o ano de menor

nível de investimento público, desde 1989, enquanto a carga tributária atual já é superior à de 1989 em mais de dez pontos percentuais.

– O déficit do fundo Petros é maior do que o investimento público do primeiro ano do governo Lula, que foi de R\$ 6,5 bilhões. Devo lembrar que, no governo Fernando Henrique Cardoso, a legislação dos fundos de pensão foi fortalecida com regras de diversificação e a proibição para que eventuais desequilíbrios recaíssem integralmente sobre os patrocinadores, caso não haja mudança no regime de previdência – afirmou.

O senador José Agripino (PFL-RN) declarou que a questão envolve "somas faraônicas" e tem que ser observada com "lente de aumento", a fim de que o interesse público e o interesse coletivo sejam respeitados.

Delcidio: aumento da média de idade causou prejuízo à Petros

O líder do PT, Delcidio Amaral (MS), disse ontem em Plenário que o prejuízo de R\$ 8,3 bilhões da Petros, o fundo de pensão da Petrobras, é proveniente do déficit atuarial relacionado à mudança da média de idade dos beneficiários, que passou para 83 anos. Delcidio sustentou um debate em tom cordial com vários senadores de oposição, e garantiu que as decisões em torno da Petros são transparentes, e não afetam a Petrobras, que, sendo uma empresa de capital aberto, com ações negociadas na bolsa de Nova York, tem cada decisão de sua diretoria acompanhada pelos acionistas.

– Vamos ver as tabelas de

longevidade e as decisões que foram tomadas. Considerava-se uma longevidade de aproximadamente 71 anos e, agora, de 83 anos. Isso vai merecer uma análise detalhada, um estudo dos critérios que foram adotados e que, eventualmente, podem vir a caracterizar esse déficit atuarial de R\$ 8,3 bilhões – explicou.

Delcidio afirmou ainda que é preciso analisar a questão "com muito cuidado", já que a correção atuarial garante os compromissos que a Petros assumirá no futuro.

– Isso tem que envolver uma discussão, não só ouvindo-se os acionistas e o mercado, mas os empregados e aposentados da

companhia – ressaltou.

Ele lembrou que, como diretor da empresa no governo Itamar Franco, participou de estudos para adotar, no fundo Petros, o sistema de contribuição definida, em que o beneficiário recebe a aposentadoria de acordo com o que contribui.

– A decisão relativa à contribuição definida é absolutamente sensata e coerente com a reforma da Previdência que aprovamos aqui. É uma decisão dura, muito firme, para garantir a saúde de um fundo de pensão com a importância da Petros – asseverou.

Pela oposição, debateram a questão, além de Arthur Vir-



DEFESA Delcidio rebate acusações e promete análise detalhada das tabelas de longevidade

gílio, os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), José Agripino (PFL-RN), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Almeida Lima (PSDB-SE), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Sérgio Guerra (PSDB-PE). Eles elogiaram o bom nível das respostas do líder do governo. Pela base governista, falaram os senadores Tião Viana (PT-AC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Sérgio Guerra: Brasil não aceita respostas "técnicas ou simplórias"

O líder da minoria no Senado, Sérgio Guerra (PSDB-PE), afirmou da tribuna que o Senado tem a obrigação de investigar todos os rombos dos fundos de pensão de empresas estatais, especialmente os R\$ 8,3 bilhões que a Petrobras irá gastar para cobrir déficit atuarial da Petros.

– O Brasil não aceita expli-

cações técnicas ou simplórias para um caso desses. Está na hora de a Petrobras se tornar mais transparente. Esse rombo não é mais um problema da Petrobras e de seu fundo de pensão, e sim um problema do país. Sem uma boa explicação, o país não vai saber por que será obrigado a pagar uma conta desse tamanho – disse.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) considerou o episódio "um verdadeiro escândalo" porque o valor praticamente se equipara a tudo que o governo federal investiu no ano passado.

O senador José Agripino (PFL-RN), líder de seu partido, ponderou que o assunto não pode ser decidido como um

problema exclusivo da Petrobras, lembrando que o dinheiro está saindo do bolso de "todo mundo que compra gasolina ou óleo diesel ou anda de ônibus" no país.

"As empresas estatais se transformaram no braço político do PT", acusou em seguida o senador Mão Santa (PMDB-PI).



ENTRAVES Mozarildo lamenta burocracia que as prefeituras enfrentam para receber verbas

Mozarildo apóia luta dos prefeitos por mais dinheiro

Ao dirigir saudação aos prefeitos presentes, ontem, no Plenário do Senado, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que endossava suas preocupações e pediu mais atenção do governo e do Congresso aos municípios. O senador leu carta de reivindicação dos prefeitos das cidades de Roraima que participam da 8ª Marcha em Defesa dos Municípios, em Brasília.

O parlamentar protestou contra o fato de organizações não-governamentais (ONGs) terem recebido, em 2003, R\$ 1,3 bilhão do governo sem cumprir qualquer exigência, enquanto os prefeitos precisam enfrentar burocracia para receber verbas e os municípios sobrevivem com poucos recursos.

Os prefeitos, destacou Mozarildo, pedem a simplificação dos planos de trabalho e projetos básicos dirigidos aos municípios. Eles reivindicam também a votação em separado da reforma tributária e o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5%, visando viabilizar as pequenas prefeituras.

Os prefeitos querem, ainda, relatou Mozarildo Cavalcanti, que a contrapartida dos municípios com até 25 mil habitantes inscritos no programa Comunidade Solidária volte a ser de um ponto percentual.



EMPENHO João Ribeiro propõe a transformação do Fundef em um instrumento permanente

Teotonio cobra distribuição mais justa dos impostos

■ Ele diz que governo aumenta participação no bolo tributário em prejuízo de estados e municípios

“Uma profunda injustiça” – assim o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) classificou ontem, em discurso, a distribuição da arrecadação tributária no Brasil. Ele disse que a União é um “dreno financeiro”, porque aumenta sua participação no bolo tributário ao mesmo tempo em que transfere atribuições e responsabilidades para governos e prefeituras. Além disso, acrescentou, contingencia o Orçamento e suspende as transferências voluntárias.

Teotonio cobrou da Câmara dos Deputados a aprovação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação



Fotos: Rosewell Pinheiro

APELO Teotonio pede à Câmara dos Deputados aprovação de proposta que eleva percentual do FPM

dos Municípios (FPM), fruto de um acordo entre o Senado e o governo federal. O senador lembrou que prefeitos de todo o país estão em Brasília, buscando maior participação dos municípios no Orçamento. Observou que em 1991 essa participação chegava a 17,5%, e hoje é de apenas 14,6%.

Para Teotonio, é inviável aos

governos estaduais e municipais o pagamento de suas dívidas sem que haja o aumento da participação. No ano passado, salientou, a União compensou a elevação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automobilística.

– O governo federal negocia com o que não lhe pertence, o IPI pertence aos estados e municípios, é apenas arrecadado pela União.

Em aparte, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou que um acordo teria sido fechado entre o governo e os deputados para a aprovação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios na Câmara. Também apartearam José Jorge (PFL-PE) e Alvaro Dias (PSDB-PR), manifestando apoio ao pronunciamento.

Municípios correm risco de falência, alerta Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para as dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros. Ele apoiou o aumento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) reivindicado pelos prefeitos na 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que pode significar R\$ 1,4 bilhão a mais para os cofres das prefeituras. De acordo com o senador, se não houver mudanças na legislação, os municípios brasileiros, sobretudo os do interior, correm o risco de falir.

O parlamentar comparou sua primeira experiência como prefeito de Simão Dias, em Sergipe, com os problemas

dos atuais chefes dos executivos municipais. Afirmou que os recursos do FPM, naquela época, eram suficientes para obras de educação, saúde e saneamento, situação bem diferente da atual.

Para Valadares, as mudanças no sistema tributário introduzidas pela Constituição de 1988 criaram dificuldades para os municípios. Ele disse ainda que a dívida com a Previdência Social é um dos problemas mais graves das prefeituras, tendo muitas delas ultrapassado o nível máximo de endividamento previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. E cobrou a definição de um teto para a cobrança da dívida da Previdência.



APERTO Valadares afirma que um dos maiores problemas é a dívida com a Previdência Social

– É preciso encontrar uma saída para os municípios. Um município quebrado significa um povo sem saúde, sem educação e sem saneamento básico.

Valadares comunicou a apresentação de projeto com o objetivo de agilizar o rito processual das demandas do direito de família.



SAÍDA Na opinião de Osmar Dias, solução da crise municipal passa por ampla reforma tributária

Osmar: PDT só fará acordo após aumento do fundo

Osmar Dias (PDT-PR) cobrou da Câmara a aprovação do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O reajuste é fruto de acordo entre o governo federal e o Senado, à época em que a proposta de reforma tributária tramitou na Casa. Ele lamentou a crise das prefeituras, em virtude da baixa arrecadação e pequeno orçamento repassado pela União.

Osmar frisou que os senadores do PDT não participarão mais de acordos, até que seja concretizado o aumento do FPM. Para o senador, a crise nos municípios não se resolverá só com essa medida, já que exige ampla reforma tributária, com melhor distribuição dos tributos. “A cada nova reforma tributária, aumentam os tributos federais e diminuem os repasses aos municípios. Somente 14,7% da arrecadação chega aos municípios; até 1993 o percentual era de 21%”.

O senador sugeriu o repasse às prefeituras de parte do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

João Ribeiro afirma que participação vem caindo nos últimos anos

Ao defender o aumento dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o senador João Ribeiro (PFL-TO) afirmou que, com o ganho de um ponto percentual no bolo do fundo, as prefeituras terão R\$ 1,2 bilhão a mais de recursos. Os prefeitos também querem que a participação dos municípios no bolo tributário

nacional volte ao percentual de 1991, de 17,6%, disse ele. Essa participação vem caindo ao longo dos anos, e no ano passado foi de 14,6%, frisou.

– Vejam que absurdo: com a Constituição de 1988, transferimos muitas responsabilidades para os municípios. Que disparidade é essa? – indagou o parlamentar.

João Ribeiro defendeu ainda a transformação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) em instrumento permanente. Ele informou que tratará do assunto em audiência já marcada com o ministro da Educação, Tarso Genro.

Em aparte, Romeu Tuma

(PFL-SP) assinalou que Brasília se transformou em um vale de lágrimas para os prefeitos, mas ninguém tem um lenço para enxugá-las. Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu a reestruturação do pacto federativo e Efraim Morais (PFL-PB) cobrou do governo empenho para que a Câmara vote o aumento do FPM.

Eduardo propõe discussão para um novo pacto federativo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) propôs ontem ao Executivo que aceite dar imediatamente aos municípios um percentual, "por menor que seja", de todas as contribuições existentes.

Citando artigo do governador de Sergipe, João Alves, o parlamentar afirmou que a

Federação brasileira caminha "a passos largos" para a destruição. Ele sugeriu que governadores, prefeitos e governo federal façam uma reunião suprapartidária para discutir novo pacto federativo.

– Ouvi relato dos prefeitos que saíram inconformados, desesperançados e desiludidos

de encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente disse a eles que fossem ao Congresso Nacional e pressionassem os parlamentares para votar a reforma tributária, em vez de ligar para o seu líder na Câmara dos Deputados para que votasse logo.

Eduardo Siqueira Campos

observou ainda que, com as emendas parlamentares ao Orçamento da União, os deputados e senadores têm passado por "vendedores de ilusões".

– As emendas são apresentadas, aprovadas, passamos meses lutando pelo empenho e elas não são pagas. Temos uma Federação em ruínas.



DIVISÃO Para Eduardo, governo deveria dar aos municípios percentual de todos os tributos



PESO Tebet afirma que superprodução mundial e clima preocupam produtores rurais

Tebet reivindica redução de tributos no campo

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a carga tributária que pesa sobre os produtores rurais brasileiros e pediu medidas que ajudem os agricultores e pecuaristas a minimizar as dificuldades em que se encontram.

– A sociedade reclama a redução da carga tributária. É preciso que sejam tomadas providências para que o homem do campo possa trabalhar com mais tranquilidade – disse o senador.

Segundo Tebet, os produtores estão inquietos com o quadro acenado pela superprodução internacional e pelas condições climáticas que castigam alguns estados, como o Rio Grande do Sul, que enfrenta uma seca prolongada. Para ele, é importante conceder empréstimos mais longos aos produtores, reduzir os juros de custeio e prorrogar a cobrança das parcelas vencidas dos financiamentos.

O representante de Mato Grosso do Sul também elogiou a criação, pelo Senado, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Começa a faltar água para consumo no Sul, diz Paim

■ Senador afirma que seca já comprometeu safra de várias culturas e provocou a morte de animais

Ao registrar que somente nesta semana recebeu, em seu gabinete, mais de 100 prefeitos de estados do Sul do país, que relataram a situação desastrosa da região, em virtude da falta de chuvas, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a seca não impõe apenas prejuízos econômicos, pois também começa a faltar água para o consumo humano.

– Muitos prefeitos me contaram que a seca já comprometeu as plantações de feijão, arroz, soja, trigo e outras culturas,



PERDAS Segundo Paim, estimativa de colher 10 milhões de toneladas no estado caiu para menos da metade

provocou a morte de animais e agora está obrigando as pessoas a racionarem o uso e consumo da água.

Citando reportagem da jornalista Ana Amélia Lemos, no *Zero Hora*, Paim destacou que apenas as perdas de soja

e milho implicarão prejuízo de R\$ 12,5 bilhões. Ele disse que a estimativa de que o estado colheria 10 milhões de toneladas de trigo foi reduzida para 4,5 milhões.

O senador informou que, em conversa com os ministros Olívio Dutra, das Cidades, e Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, soube que o presidente Lula deverá visitar os três estados do Sul na próxima semana para levar a solidariedade do governo aos que estão sofrendo com a estiagem e também apresentar proposta para amenizar os efeitos da estiagem na região.

Segundo Paim, Lula informará as conclusões de uma comissão que formulou proposta para minimizar os efeitos da seca na região.

Heloísa alerta para clima de tensão entre sem-terra e Incra

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que a tensão entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em seu estado está chegando ao limite.

Ela relatou a ocorrência de tumultos, informando que o prédio do Incra foi ocupado pelo MST e um carro do instituto foi queimado.

Heloísa frisou que o MST está apenas solicitando aquilo a que tem direito: agilidade nos pro-

cessos de desapropriação das áreas improdutivas e na liberação de créditos e assistência aos assentados, distribuição de cestas e projetos de infra-estrutura para os assentamentos.

– O atual governo, tal qual o governo passado, é irresponsável e não tem coragem política para enfrentar o latifúndio e cumprir a ordem jurídica deste país, que obriga que em terra improdutiva se faça a reforma agrária. Basta ver os cortes que foram feitos no Orçamento para essa questão – disse.



AÇÃO Heloísa diz que integrantes do MST estão reivindicando em Alagoas aquilo a que têm direito

Ela comentou denúncias de que o Incra, em Alagoas, estaria mantendo um caixa dois, com propinas recebidas de empresários, e exigiu que o governo federal investigue o caso.

CRA convoca dois ministros para audiência

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará na próxima quarta-feira (16), às 10h, audiência pública com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, de acordo com requerimento aprovado ontem, de autoria do presidente da comissão, Sérgio Guerra (PSDB-RJ). Também foi acolhido requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, compareça à comissão, em audiência que ainda não tem data marcada.

Sérgio Guerra explicou que Roberto Rodrigues deverá prestar esclarecimentos sobre a atuação do ministério e a conjuntura e perspectivas do agromercado brasileiro. O ministro deverá apresentar análise da situação da agricultura internacional.

O senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a formação de uma subcomissão para cuidar da agricultura familiar. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que se crie um grupo para acompanhar propostas que se refiram ao endividamento rural. A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu atenção para os problemas de irrigação do Centro-Oeste, e o senador Flexa Ribeiro (PMDB-PA) destacou que quando se pensa em agricultura é preciso também atentar para a questão do meio ambiente. O senador Aelton Freitas (PL-MG) afirmou que a criação da comissão trouxe "grandes expectativas em todo o Brasil".

Sem acordo, comissão mista que vai mudar Orçamento não consegue eleger presidente

Pelo segundo dia consecutivo, a falta de acordo impediu que sejam eleitos o presidente e o relator da comissão mista criada pelos presidentes do Senado e da Câmara para estudar e sugerir mudanças na elaboração e tramitação da lei

orçamentária. Como parlamentar mais velho presente, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) abriu a reunião e informou que, devido ao impasse criado em relação ao número de parlamentares que a comissão deve ter, não poderia

haver eleição.

As presidências da Câmara e do Senado ainda não responderam à questão de ordem do deputado Fernando Coruja (PPS-SC), o qual sustenta que a comissão deve ter 11 deputados e 11 senadores, como

determina o Regimento do Congresso. Quando criaram a comissão, Renan Calheiros e Severino Cavalcanti indicaram oito parlamentares de cada Casa.

Sibá Machado (PT-AC), suplente na comissão, pediu a Tião Viana

(PT-AC), que presidia a sessão, providências para que a comissão possa funcionar. "A comissão tem 30 dias para discutir as mudanças no Orçamento e já perdemos uma semana", lastimou Sibá. Ainda não foi marcada nova reunião.



ANÁLISE Marina falou à comissão que acompanha as investigações do assassinato de Dorothy Stang

Para ministra, violência é reação à reforma agrária

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, apontou três causas para os assassinatos da irmã Dorothy Stang e de trabalhadores rurais no Pará. A primeira seria uma reação às ações do governo, que vem regularizando atividades econômicas e criando condições de trabalho para pequenos produtores. A violência também seria uma reação contra os trabalhadores, que, segundo ela, “têm compromisso com uma agenda cidadã”, e, por fim, uma espécie de afronta ao Estado, pelas ações em defesa do desenvolvimento sustentável.

Marina falou à comissão que acompanha as investigações do assassinato da missionária. Também participaram da audiência o presidente do Ibama, Marcus Barros, e o secretário de Biodiversidade do ministério, João Paulo Capobianco. A presidente da comissão, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), abriu a audiência também atribuindo à reforma agrária no Pará a ação violenta de grileiros de terra. Participaram do debate o relator da comissão, senador Demostenes Torres (PFL-GO), e os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sibá Machado (PT-AC), Tião Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Demostenes perguntou qual seria o tamanho ideal dos módulos para a reforma agrária e se a ministra era favorável ao asfaltamento da Transamazônica.

Marina Silva respondeu que o tamanho ideal dos módulos é definido pelo do Incra e que a Transamazônica pode ser asfaltada, desde que haja um plano que não gere impacto ambiental negativo.

Audiência na CE discute a reforma universitária

Senadores debatem com representantes de entidades do setor as mudanças previstas na proposta do Executivo

As universidades públicas estaduais poderão participar do esforço de expansão da oferta de vagas para o ensino superior, disse ontem o vice-presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), José Izecias de Oliveira, durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) sobre a proposta de reforma universitária. Para isso, sugeriu, os estados poderiam ser liberados pela União de pagar parte do serviço de suas dívidas.

– Devemos aumentar a oferta

de vagas e ampliar a participação de instituições públicas, além de induzir a melhoria da qualidade nas escolas e compreender que o diálogo sobre a educação superior passa pela participação das instituições privadas – afirmou Izecias.

Durante a audiência, o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Lemos Petta, apontou “avanços” no anteprojeto do Executivo, como a autonomia de gestão financeira e o fim da lista tríplice para a escolha dos reitores de universidades federais. Considerou ainda o limite à participação de capitais estrangeiros em instituições de ensino superior um “ponto fundamental” da proposta, mas solicitou maior atenção do governo com a questão da assistência aos estudantes

carentes.

O secretário-executivo da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, afirmou que a entidade “é a favor do debate”. A seu ver, a proposta deveria buscar garantia de qualidade para o ensino superior e evitar a polarização entre as instituições públicas e privadas.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, o anteprojeto da reforma universitária tem dois pontos fundamentais. O primeiro deles é o estabelecimento da autonomia das instituições federais, aliada à subvinculação de 75% dos recursos do MEC – atualmente são 73% – para o ensino superior. O segundo, a regulação das atividades das universidades.



REFLEXÃO Hélio Costa (C) preside audiência com a presença de representantes da UNE, do Crub, do MEC e da Andifes

Necessidade de investimentos em educação

O país poderá sofrer um “gargalo” de recursos humanos, como o já existente nos transportes, se não investir em educação e pesquisa. O alerta foi feito ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, durante a audiência na CE.

A advertência foi apresentada por Haddad em resposta a um questionamento do presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), a respeito da relação entre os ministérios da Educação e da Fazenda sobre o aumento de recursos para o ensino superior. Segundo o secretário-executivo, a eleva-

ção das despesas indica a recuperação de investimentos.

Para Hélio Costa, uma das questões mais importantes para o sucesso da reforma será a exclusão do setor de educação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Costa defendeu ainda projeto de sua autoria que estabelece a criação de um fundo em benefício da pesquisa, formado por 2% do faturamento das instituições privadas de ensino superior.

Durante o debate, Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu a criação de mecanismo de financiamento, pelos bancos privados, para estudantes carentes.

Para José Maranhão (PMDB-PB), a inserção do país na economia internacional depende da formação de profissionais qualificados. Já Augusto Botelho (PDT-RR) questionou o processo de indicação dos reitores das universidades e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou preocupação com afirmação do ministro Tarso Genro, segundo a qual a universidade seria autônoma, mas a soberania seria do Estado. “Isso significa intervir a qualquer momento?”, questionou.

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a divulgação, pelo MEC, de publicidade sobre a proposta de reforma universitária.

Hélio Costa recebe presidente da Ancine

O presidente da Comissão de Educação (CE), senador Hélio Costa (PMDB - MG), recebeu ontem o presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl. O objetivo do encontro, segundo Dahl, foi aprimorar o debate sobre as atribuições da agência e a formulação de nova política do audiovisual.

A elaboração da Lei Geral dos Meios de Comunicação, observou Dahl, deve contemplar a integração de cinema e vídeo com as novas mídias, como a telefonia móvel, DVD e Internet. Ele acredita que a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) não eliminará as atribuições da Ancine. Hélio Costa defendeu a continuação do debate sobre a Ancinav.

Implantação de TV digital em exame

A Agência Senado de Notícias publicará amanhã matéria especial sobre o desenvolvimento da TV digital no Brasil. O prazo para definição do padrão a ser adotado no país poderá ser prorrogado de 10 de março para 10 de dezembro. A Consultoria Legislativa do Senado recebeu autorização do Ministério das Comunicações para acompanhar as reuniões do comitê gestor do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). O objetivo é reunir informações para subsidiar os senadores no exame da legislação.

O assunto, em debate na Casa, está a cargo da Comissão de Educação (CE), sendo que o Conselho de Comunicação Social também realizou audiências sobre o tema. O **Jornal do Senado** publicará matéria sobre o assunto na edição de segunda-feira.

Bancada do PMDB se reúne com Agnelo

A bancada do PMDB recebeu ontem o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, para um café da manhã, com o objetivo de ampliar o relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo. O convite foi feito pelo líder da bancada, senador Ney Suassuna (PB), que pretende ouvir ainda várias autoridades.

Agnelo Queiroz foi a quarta autoridade a se encontrar com a bancada do PMDB. Já participaram de encontros os ministros das Cidades, Olívio Dutra; da Fazenda, Antonio Palocci; e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues. Na reunião de ontem estavam presentes os senadores Romero Jucá (RR), Garibaldi Alves Filho (RN), Pedro Simon (RS), Leomar Quintanilha (TO), Alberto Silva (PI), Valdir Raupp (RO) e Mário Calixto (RO).